

Proc. Administrativo 39- 263/2023

De: JESSICA S. - PGM/GPL

Para: SEMGOV-LICIT - Licitação - A/C Régis B.

Data: 17/05/2023 às 13:44:25

Setores envolvidos:

SEMGOV, SEMGOV-DATJCP, SEMGOV-DCC, SEMGOV-LICIT, SEMFAZ-CGC, SEMCI-DPA, SEMOHSP, SEMOHS-DS, PGM, GABPREF, PGM/GPL, SEMGOV - CPL, SEMGOV - Ass. Jur., SEMGOV -SIGFIS

SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ.

Ilustríssimo Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Trata-se de solicitação de análise jurídica quanto a divergência entre o que consta no Termo de Referência e no Edital no que diz respeito a exigência da Licença do INEA-RJ ou outro órgão competente.

Verifica-se que a empresa Ampla Soluções Urbanas, Transportes e Limpeza Eireli (CNPJ 08.801.159/0001-17) solicita por e-mail o seguinte esclarecimento:

"Sr. Pregoeiro.

Gostaria de um esclarecimento referente ao pregão presencial 028/2023 , processo administrativo 263/2023 , onde trás no item 6.1.5.2 letra "c" seguinte exigência: "comprovante de licença emitido pelo INEA ...", tal exigência no caso em tela é de caráter restritivo à ampla participação visto que tal licença é somente do estado do RJ ... nós do Espírito Santo temos a nossa licença emitida pelo IEMA que tem o mesmo efeito porém no ES, correto seria exigir tal licença somente para a assinatura do contrato uma vez que a empresa do ramo pode participar e caso venha a sagrar vencedora aí irá providenciar tal licença, sabemos que é proibido por lei colocar exigências editalicias de caráter restritivo, bem como impor ao licitante despesas antecipadas para somente participar. Logo sugerimos a revisão do edital com a mudança de tal exigência para o vencedor apresentar na assinatura do contrato".

A Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos através de seu responsável técnico Sr. Vitor Stutz -Engenheiro Civil, em síntese, alegou que:

"Considerando a NOP-INEA-26.R-1, publicada no D.O. em 21/02/2022 que estabelece procedimentos a serem adotados no licenciamento ambiental das atividades de coleta e transporte rodoviário dos Resíduos perigosos (Classe I), e não perigosos (Classes II A e II B), como parte integrante do Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM e determina que estão sujeitas ao licenciamento ambiental todas as empresas que exercerem as atividades de coleta e transporte rodoviário intermunicipal de Resíduos perigosos (Classe I)

e não perigosos (Classes II A e II B) no Estado do Rio de Janeiro, independente da localização geográfica da base operacional.

Sendo este o objeto do item. Considerando que o objeto da licitação em tela é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RSD), resta claro diante de tudo que foi exposto que as empresas licitantes necessitam de licença ambiental expedida pelo INEA-RJ para a realização dos serviços licitados, enquadrando-se no que dispõe o inciso IV do art. 30 da Lei 866/93, devendo comprovar que cumprem os requisitos previstos em lei especial. Vê-se, portanto, que requisitos previstos em lei especial, para fins de habilitação e qualificação técnica, deverão ser verificados no momento da habilitação.

A lei não previu outro momento para se exigir o cumprimento de leis específicas (como as ambientais), nem para aquelas que impõem o cumprimento de certas condições para o funcionamento da licitante.

Diante de tudo o que foi exposto resta claro que é inapropriada a exigência do licenciamento ambiental em momento posterior à habilitação. Permitir a participação de empresas sem o prévio licenciamento é condição temerária, carreando aos autos do processo de contratação grave insegurança jurídica".

Após, vieram os autos para análise jurídica da referida controvérsia.

É breve o relatório. Passamos à opinar.

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece, nos requisitos para qualificação técnico-operacional, a prova de que a empresa atenda às exigências fixadas em lei especial, quando for o caso (art. 30, inciso IV). Baseando-se neste dispositivo, alguns editais de licitação preveem a necessidade dos licitantes apresentarem a licença ambiental operacional.

Destarte, é notório que algumas atividades empresariais necessitam de autorização prévia do órgão ambiental competente para o funcionamento regular. Esta permissão anterior visa preservar o meio ambiente, em consonância com objetivo da Lei n.º 8.666/1993 de promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Considerando a relevância e essencialidade dos serviços de coleta de lixo, neste caso específico, a regularidade ambiental — requerida de forma indistinta de todos os licitantes — pode ser vista como uma necessidade essencial para que o objeto da licitação seja executado sem o comprometimento ambiental.

Além disso, a Lei 8666/93 estabelece nos seus artigos 28 e 30 regras pontuais quanto à habilitação jurídica e qualificação técnica. Confira:

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro **ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.** (grifo nosso)

(...)

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-à:

IV - **prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.** (grifo nosso)

Ademais, é pacífico também o entendimento do tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com diversos pareceres favoráveis à exigência de Licenciamento Ambiental como requisito de habilitação técnica, conforme transcritos abaixo:

ACORDÃO Nº 126581/2022-PLENV - PROCESSO: 220980-4/2022

“Todavia, divirjo do Corpo Instrutivo neste aspecto, reportando-

me ao meu voto proferido nos autos do Processo TCE-RJ 210.434-0/17, aprovado em sessão plenária de 08.08.2017. Isto porque, muito embora legítimo o argumento esposado no precedente citado pela CEE, me parece mais adequado que a exigência seja exigida de todos os potenciais licitantes, porquanto a regularidade ambiental é uma necessidade para que o objeto da licitação seja executado sem vícios”.

(...)”Este tem sido também o posicionamento do TCU, podendo citar o Acórdão TCU nº 6047/2015 – Segunda Câmara, Relator, Raimundo Carreiro.

(...)

Considerando-se, portanto, o citado entendimento desta Corte, entendemos que não haja irregularidade quanto à exigência de licença ambiental para todos os licitantes.

Com referência ao questionamento da Representante sobre ser inadequada a exigência de licenciamento ambiental para comprovação de qualificação técnica para a atividade de transporte, alegando não ser esta uma parcela de maior relevância, não se apresenta adequada tal alegação, pois a exigência de licenciamento ambiental não precisa estar, necessariamente, inter-relacionada ao serviço apontado como parcela de maior relevância, não devendo prosperar tal questionamento.

Mais uma vez, considero que o tema foi bem analisado pela CAD-SANEAMENTO. Em que pese a existência de entendimentos díspares na jurisprudência do Tribunal de Contas da União quanto ao momento adequado de apresentação da licença ambiental, este Tribunal tem se pronunciado pela possibilidade da sua exigência a título de qualificação técnica, a exemplo das decisões proferidas nos Processos TCE-RJ nº 214.754-7/21 (sessão de 26/07/2021), 114.920-6/18 (sessão de 27/02/2019), 227.412-5/18 (sessão de 19/09/2018) e 227.656-3/18 (sessão de 13/09/2018).

Dessa feita, em que pese a empresa possua a qualificação técnica referente ao estado do Espírito Santo, tendo em vista que o estado que aturá será o do Rio de Janeiro, isto é, o critério de qualificação técnica seria irregular quanto à prova de atendimento à legislação ambiental se aceitasse da licitante o licenciamento ambiental emitido no local de sua sede, enquanto que o correto seria no local de prestação dos serviços.

Diante dos fatos, fundamentos legais e jurisprudenciais supramencionados, opinamos pela improcedência da referida solicitação da empresa.

Esse parecer é meramente opinativo, não vinculando a autoridade superior, que, de acordo com entendimento próprio ou conhecimento de outros fatos, poderá, justificadamente, decidir de forma contrária.

É o parecer.

—
Jessica Oliveira Dos Santos
Procuradora Municipal

Port.169/2021

